

A “ESPOSA MODELO” E O “PAI PROVIDOR”: A REPRESENTAÇÃO DO GÊNERO NA RETÓRICA DOS MEMBROS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Raphael Silva Fagundes¹

Resumo: Esse artigo pretende analisar como os gêneros (masculino e feminino) foram agenciados na retórica desenvolvida pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro durante os anos de 1850. Esse decênio foi marcado pela Conciliação, arranjo político que promoveu o apogeu do Império no momento em que se findaram os conflitos regionais. A associação erudita buscou produzir discursos que buscavam consolidar esse cenário. Para tal, determinar o lugar do homem patriota e da esposa modelo foi fundamental para desenvolver uma retórica capaz de associar o projeto de nação, que tinha como centro a monarquia, com os valores disseminados na sociedade, facilitando o processo persuasivo. Tendo como fonte os discursos, os relatórios e os necrológios encontrados na Revista do Instituto (R. IHGB), adotaremos a retórica como chave de leitura para estabelecer um diálogo entre a documentação e as técnicas analisadas pelos clássicos da retórica e da análise do discurso.

Palavras-chaves: Gênero; IHGB; Retórica.

THE “MODEL WIFE” AND THE “PROVIDER FATHER”: THE REPRESENTATION OF GENDER IN THE RHETORIC OF THE INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Abstract: This article intends to analyze how the genres (masculine and feminine) were targeted in the rhetoric developed by the members of the IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) during the 1850's. This decade was marked by the "Conciliação (Reconciliation)", which was a political arrangement that promoted the apogee of the Empire, taking into account the fact the regional conflicts that were taking place in the country had all come to an end. The scholar association sought to produce speeches that aimed to consolidate this situation. In order to do this, determining the patriot man and the ideal wife served as the basis to develop a rhetoric capable of associating the project of Nation that had the monarchy as its core, with the values disseminated within the society, facilitating the persuasive process. Based on the speeches, reports and obituaries found in Revista do Instituto (R.IHGB), we will adopt rhetoric as the key to reading by establishing a dialogue between the documentation and techniques analyzed by the classics of rhetoric and discourse analysis.

Keywords: Genre; IHGB; Rhetoric.

“A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela despensa justificação”.² Pierre Bourdieu observa que tanto em relação a percepção social quanto na linguagem, “o gênero masculino se mostra como algo não marcado”, mas quando se trata da referência ao gênero feminino a história muda de figura. O sexo precisa ser evidenciado. Entramos em contato com este fenômeno quando, em 25 de outubro de 1850, Joaquim Norberto de Souza e Silva e João José de Souza Silva

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: raphaelsfagundes@yahoo.com.br

² BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 18.

Rio propuseram o ingresso da poetiza D. Beatriz Francisca de Assis Brandão no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB):

Propomos que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como ilustre representante do movimento e progresso das letras no Novo Mundo, honre o talento e o mérito das senhoras brasileiras na pessoa da Ilma. Sra. D. Beatriz Francisca de Assis Brandão, distinta poetiza.³

A comissão que se encarregou de avaliar a proposta, disse que não aprovaria a entrada da senhora no corpo de membros do Instituto porque “as composições da nossa respeitável patrícia não tenham visto a luz da imprensa”, de modo que “a comissão do Instituto deve basear seus juízos em provas públicas”. Contudo, para além da justificativa dada pelos membros que avaliaram o pedido, é preciso destacar um detalhe: quando se propunha a entrada de um homem na associação, não se mencionava o gênero, isto é, os “senhores brasileiros”.

Outro argumento que impedia a entrada de D. Beatriz Francisca era o fato de o IHGB ser uma associação dedicada à história e à geografia. A

Comissão resolveu tomar ao pé-da-letra a concepção de que o IHGB se destinava somente aos estudos de história e geografia, dando a entender que os mesmos, devido à sua seriedade, estariam destinados apenas aos representantes do chamado sexo forte.⁴

No futuro, caso fosse fundada uma Academia de Letras, ideia que sondava os membros do grêmio letrado, a entrada de poetisas seria pertinente.

A questão é que D. Beatriz Francisca não compôs o corpo dos integrantes do Instituto Histórico. À mulher, quando mencionada nas palavras que preenchiam as cerimônias do Instituto, ficou reservada um tipo de veneração distinta da do homem, determinada, em última instância, pelas relações de poder: mãe e esposa. “A masculinidade hegemônica pressupõe a predominância de uma certa

³ 220ª Sessão em 25 de outubro de 1850. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo XIII, 2ª Edição. Tipografia João Ignacio da Silva, p. 520-521, 1872 (1850). p. 520. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1850t0013c.pdf>. Acesso em 04/01/2012.

⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção imperial**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2011. p. 51.

configuração de feminilidade”,⁵ destacou Maria Izilda Santos de Matos. Partindo desta perspectiva, entendemos que os membros do Instituto explanavam e fortaleciam o papel da mulher de acordo com os preceitos masculinos da época. Sendo ao homem, por sua vez, reservado a missão erudita de tirar o conhecimento que se tinha da nação da obscuridade. Isto é, trata-se do homem patriota.

A maneira pela qual a mulher era descrita, como auxiliadora do grande homem, foi fundamental para construir a imagem padrão do letrado oitocentista: homem de família, honesto e dedicado às letras da pátria. No necrológio de Raymundo Cunha Mattos, pronunciado na primeira sessão magna de aniversário do Instituto, em 1839, destacou-se como o “incansável e erudito” que muito contribuíra para revelar o passado ainda “desconhecido” do Brasil. Contudo, a imagem que o IHGB queria passar era a de que esse projeto foi realizado em família, já que Cunha Mattos teve a “fortuna de possuir uma esposa amante das letras”. Além disso, sua filha, D. Gracia Ermerlinda, “acompanhara a seu pai no amor às letras”.⁶ Sendo assim, toda a família era erudita e se dedicara ao esclarecimento do passado nacional. Um projeto familiar que se transforma em uma missão nacional, pois:

se é dever de uma esposa ornada de tão belas qualidades, como é a do Sr. Marechal Cunha Mattos, o honrar a memória de seu primo e marido pela publicação de seus interessantes escritos, é também dever de seus amigos e consócios do Instituto Histórico do Brasil.⁷

Um raciocínio retórico silogístico que se fundamenta na emoção. Para honrar a memória de uma família exemplar era necessário publicar seus estudos (o do marido) sobre a nação. Depois, no maior estilo retórico do século XIX, termina-se a homenagem com uma citação de M. Rémusat que fala da importância das obras de um erudito para a nação. Essa retórica buscava criar uma

⁵ MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. **Questões & Debates**, Curitiba, n. 34, p. 45-63, 2001. p. 50.

⁶ BELLEGARDE, Pedro Alcântara. Necrologia do Marechal de Campo Raymundo José da Cunha Mattos. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro. 3ª Edição, Tomo I, Imprensa Nacional, p. 56-59, 1908. p. 59. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1839t0001c.pdf>. Acesso em 10/03/2011.

⁷ *Ibidem*. p. 59.

identificação ao projeto bancado pela Casa da Memória Nacional de construção de uma identidade nacional una e indivisa nos padrões europeus.

Nas deputações, enviadas para congratular Sua Majestade nos dias festivos, as formas expressivas carregadas de emoção eram o que mais se destacavam. Nos finais de seus 17 anos, D. Pedro II casou-se com Teresa Cristina Maria, princesa das Duas Sicílias. Este seria um momento de extrema significância para o destino da nação, segundo afirma a alocução de visconde de São Leopoldo, cumprimentando o soberano por seu matrimônio:

Senhor: realizaram-se em fim os votos, os anciosos desejos da Nação Brasileira; ela exulta de prazer ao ver ao lado de V. M. I. Esposa digna de seu Augusto Coração; escolha do desvelado amor por seus súditos, os quais aplaudem reproduzidas as graças, os dotes d'alma, as virtudes possuídas pelos Soberanos que tem feito o ornamento deste Solio Imperial; e por tão feliz união, fruto da sabedoria de V. M. I., auguras ao Brasil altas venturas.⁸

Os membros estavam ali, no Paço Imperial, para expressar os “fieis sentimentos de jubilo pelo seu ditoso consórcio”. A única função da imperatriz era a de ser esposa que se torna digna pela condição do homem, o jovem monarca dos trópicos.

De acordo com Mary Del Priore, o conceito de gênero que surgiu nos anos 1980 foi adotado pelos historiadores para definir “as relações sociais entre os sexos”,⁹ desvinculando-se da perspectiva militante, o termo “gênero”, sendo muito mais neutro, poderia atribuir mais cientificidade ao trabalho do historiador. A partir de então, tornou-se “explícitas as preocupações de articular o gênero com a classe e a raça”. Para Rachel Soihet, esta historiografia passou a entender que “as desigualdades de poder se organizam, no mínimo, conforme estes três eixos”.¹⁰

⁸ 112ª Sessão em 14 de Setembro de 1843. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 3ª Edição. Tomo V, Tipografia Universal de Laemmert & C., p. 393-401, 1885 (1843). p. 401. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1843t0005c.pdf>. Acesso em 20/08/2011.

⁹ PRIORE, Mary del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 231.

¹⁰ SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 279. Partimos aqui de uma abordagem distinta da que influencia a historiografia recente, mostrando-se um tanto quanto conservadora neste aspecto. Gianna Pomata procura observar, a respeito do gênero, a construção social das categorias masculino e feminino, através dos discursos e práticas.

A identidade feminina é voltada para os outros: os filhos e o marido. De acordo com Elisabeth Badinter, é a partir de 1760 que as publicações “recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes ‘ordenam’ amamentá-los”.¹¹ Antes, como é sabido, as mães só tinham acesso aos filhos anos depois de seu nascimento, pois não havia, ainda no século XVII, um sentimento de “ternura e intimidade que ligam os pais aos filhos”.¹²

Segundo Michelle Perrot, é no século XIX que a ciência divide os gêneros: “Aos homens, o cérebro [...], a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos”.¹³ Ainda segundo a autora, “a ação das mulheres no século XIX consistiu sobretudo em ordenar o poder privado, familiar e materno, a que eram destinadas”.¹⁴

Contudo se, por um lado, à identidade masculina era vetada certas demonstrações de sentimentos, por outro o homem ainda era o chefe do reino privado, o pai provedor.¹⁵ Segundo Corsi, “a identidade masculina tradicional é construída a partir de dois processos psicológicos simultâneos e complementares: o hiper desenvolvimento do eu exterior (fazer, atuar, conseguir) e a repressão da esfera emocional”.¹⁶ Essa restrição emocional “consiste basicamente em não falar sobre os próprios sentimentos, especialmente com outros homens”.¹⁷

Mas existia um momento de exceção, momento em que determinadas expressões sentimentais eram obrigatórias e que ser pai, chefe de família, tornou-se fundamental nesse mundo ditado pelos homens. Na sociedade ocidental do século XIX, os homens aprendiam a controlar suas lágrimas desde a adolescência, derramando-as apenas em situações que eram consideradas sinceras. A morte era

Nosso objetivo é compreender a construção retórica do discurso masculino sobre o feminino, não buscando “superar esta ‘penúria de fatos’ sobre sua vida”. Ver: SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. *In*: SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, M. Izilda S. de. **Gênero em debate**: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: Educ, 1997. p. 78.

¹¹ BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 145.

¹² *Ibidem*. p. 54-55.

¹³ PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 177.

¹⁴ *Ibidem*. p. 180.

¹⁵ *Ibidem*. p. 180.

¹⁶ CORSI, J. *et al.* **Violencia masculina en la pareja**: una aproximación al diagnóstico y a los modelos de intervención. Buenos Aires: Paidós, 2006. p. 15.

¹⁷ *Ibidem*. p. 16.

uma destas situações. “O luto”, destaca Anne Vincent-Buffault, “permanece a situação onde as lágrimas masculinas são permitidas e até mesmo valorizadas: as efusões reais são reservadas às cerimônias fúnebres”.¹⁸ O luto, de acordo com a autora, era a única brecha para as lágrimas masculinas.

Portanto, analisaremos, nesta oportunidade, os elogios históricos, os relatórios anuais dos trabalhos realizados pelos sócios e os discursos dos presidentes proferidos nas cerimônias de aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre os anos de 1848 e 1860. Nesse momento, os sentimentos e os valores sociais eram agenciados, usados como topos para que, assim, fosse possível tocar os ouvintes, facilitando, por conseguinte, a inclinação destes ao projeto de poder que estava sendo defendido pela “Casa”. Esta documentação revela, por sua vez, o investimento retórico dos membros da associação para disseminar uma ideologia coesa, forjando uma unidade nacional através do discurso epidíctico. Assim como na Revolução Francesa, “o discurso epidíctico foi tematizado como *reivindicação*, como *negação de dúvidas em relação ao saber internalizado* e como *instrumento para a estabilização de uma relação de grupo entre membros supostamente pares*”.¹⁹

Na década de 1850, a *R.IHGB* foi um dos principais espaços onde se discutiam a nação. Elogios ao Imperador, o passado visto como elemento unificador, as artes, as ciências, a civilização em contraposição à barbárie para um projeto nacional, tudo isso e muito mais pode ser encontrado no periódico do Instituto, atualmente disponível online pelo site da própria associação. Um contemporâneo dizia que o periódico era, das publicações que circulavam na época, a que mais se dedicava a “causa da civilização”.²⁰

Na esteira das reflexões de José Murilo de Carvalho, que compreende a retórica como “chave de leitura”²¹ para a interpretação da história política e

¹⁸ VICENT-BUFFAULT, Anne. **História das Lágrimas**. Tradução de Luiz Marques e Martha Gambini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 201.

¹⁹ GUMBRECHT, Hans Ulrich. **As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa**: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003. p. 121. (Grifo nosso).

²⁰ VALDEZ e PALACIOS, J. M. Introdução. **Nova Minerva**, Rio de Janeiro, tomo I, n. 1, p. 01-04, dez. 1845. p. 03.

²¹ CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, 2000.

intelectual do século XIX, pretendemos analisar as estratégias argumentativas desenvolvidas nos pronunciamentos emitidos pelos principais dirigentes da “Casa da Memória Nacional”. Um grupo seletivo que pertencia “aos segmentos mais abastados da população do Império”.²² Partimos do pressuposto de que tais manifestações não visavam apenas salientar a importância acadêmica do reduto letrado no acanhado panorama intelectual de um país, recém emancipado do estatuto de colônia. Buscavam, sobretudo, persuadir do papel do Instituto no âmbito da política imperial, de promover o progresso da nação.

Criado em 21 de outubro de 1838, com o objetivo de coligir, metodizar, arquivar e publicar documentos para a escrita da história do Brasil, o IHGB também se propunha estimular os estudos e o ensino da disciplina. Entre seus fundadores, destacavam-se notórios homens públicos que, quando não faziam parte direta do governo imperial, vinham de uma trajetória que se misturava a história política do país, como era o caso do cônego Januário da Cunha Barbosa, editor do *Revérbero Constitucional Fluminense*, periódico de grande atividade política no processo de Independência.

Todo ano, o grêmio letrado carioca homenageava, em uma sessão especial, os membros falecidos do ano corrente. Contudo, o discurso fúnebre era apenas uma das atrações do evento. Havia o discurso de abertura do presidente e a leitura do relatório dos trabalhos realizados naquele ano pelo primeiro secretário da associação. Todos esses discursos eram peças retóricas por excelência que ligavam o IHGB ao projeto político vigente. Essa questão deve ser ressaltada porque, para além dos membros da associação, a cerimônia contava com a ilustre presença de Sua Majestade Imperial, símbolo da monarquia centralizada.

É preciso destacar que, ao lado da História, esses elogios históricos e necrológicos, que esboçavam parte importante da biografia destes vultos nacionais, exerciam expressiva influência no processo de consolidação dos sentimentos patrióticos. Segundo Márcia de Almeida Gonçalves, no “movimento de conhecer e caracterizar via o local, individual, nacional, o biográfico passava a ter lugar cujo

²² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Op. Cit.*, p. 39.

fundo era a história”.²³ As vidas retratadas nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (*R.IHGB*) eram de interesse nacional, úteis para despertar grandes sentimentos cívicos: “o romance, a história, a biografia poderiam guardar traços de uma comunhão como formas de conhecer e sensibilizar expectadores, leitores, autores”.²⁴

Embora essa visão da “esposa modelo” e do “pai provedor” que se apresentava como imprescindível para inclinar os espíritos, através do apelo emotivo, ao assentimento de um modelo específico de projeto nacional tenha sido administrada desde os primeiros dias do Instituto, nossa pesquisa irá focalizar os anos que se estendem entre 1848 e 1860. Especificamente porque esse período foi o de estabilidade do império, de consolidação de um movimento iniciado em finais da década de 1830 no qual o Instituto, ao lado do Arquivo Nacional e Colégio Pedro II, mostrou-se protagonista.²⁵ O Marquês de Olinda afirmava que a política de conciliação começou em 1848, provavelmente com a derrocada da última rebelião imperial, a Praieira, resquíio do período regencial. Já o senador Nabuco de Araújo, em seu discurso de 4 de junho de 1864, não se mostra muito claro sobre o fim da política conciliatória, mas “acaba por estabelecer o ano de 1860”.²⁶

Os anos de 1850 foram marcados pela consolidação do Estado Imperial, como já mencionamos. Os conflitos locais encontraram um fim. A fase de acumulação de poder foi ficando para traz à medida que o problema da unidade nacional passou para o segundo plano. O segredo da estabilidade desse período, aponta José Murilo de Carvalho, “estava na possibilidade de alternância no poder de grupos da elite”. O marquês do Paraná, com o apoio de D. Pedro II, “buscou passar uma esponja nas disputas regenciais, fundar um novo tempo, redefinir as fronteiras partidárias”.²⁷

²³ GONÇALVES, Márcia de Almeida. História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 437.

²⁴ *Ibidem*. p. 438.

²⁵ WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 33-34.

²⁶ IGLÉSIAS, Francisco. Vida política (1848-1868). In: HOLANDA, Sérgio B. (dir.). **O Brasil monárquico**: reações e transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. V. 3. T. 2 p. 69-70.

²⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; **Teatro de Sombras**: a política imperial. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 22.

Ao mesmo tempo em que a corte era um local que abrigava a maior quantidade de escravos das Américas, o Império do Brasil passou a ocupar um lugar particular entre as “nações civilizadas”. A monarquia tropical se distinguia não só pela estabilidade política, simbolizada pela Conciliação, mas também pela extinção do tráfico negreiro intercontinental, pelas bem-sucedidas intervenções militares na área platina e pela liquidação da onerosa herança ibérica dos limites.²⁸

Ricardo Salles acredita que três elementos são indispensáveis para se formar uma nação: a associação histórica com um Estado; a existência de uma elite cultural; e uma capacidade provada de conquista. Essa tríade se concretizou na década de 1850: a associação com Portugal e com as antigas monarquias; o Estado tornou-se o mecenas de uma elite cultural; e, por fim, a intervenção no Prata e a extensão territorial.²⁹

Capistrano de Abreu salienta que “a década de 50 foi a mais brilhante do império”.³⁰

Pensou-se em epopeia nacional, e Magalhães fez a *Confederação dos Tamoios*; pensou-se em teatro nacional, e João Caetano fazia de gênio. Pensou-se em ciência nacional, e [...] instituiu-se uma comissão científica para explorar as Províncias do Norte, em que não se admitiu um só estrangeiro.³¹

E não podemos esquecer do barão de Mauá que modernizava a corte com suas ferrovias e iluminação pública.

O “clima da ‘conciliação’ também envolveu” os letrados do Instituto. Foi a época em que o Imperador reservou uma sala no Paço Imperial para realizar as sessões da Casa, e quando o próprio monarca apresentava as proposições e temas dos “programas”, animando as discussões e pesquisas.³²

No entanto, se por um lado, mesmo passada a primeira fase, a de “acumulação primitiva de capital arquivístico”, não houve um incremento na

²⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.) **O Brasil Imperial**. v. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 38.

²⁹ SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial**: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 71-72.

³⁰ ABREU, Capistrano de Abreu. **Ensaio e Estudos**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 81.

³¹ *Ibidem*. p. 94.

³² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Op. Cit.*, p. 94.

produção historiográfica por parte dos membros – o que se explica pela “presença de personalidades dos primeiros escalões do Império no IHGB” –, por outro, para os finais da década, “à proporção que a geração dos fundadores desaparecia, o ‘véu’ que encobria o passado imediato do Império começou a ser levantado”.³³ Na década de 1850 também foram promovidas expedições científicas (a que se referiu Capistrano de Abreu) e dados os primeiros passos “para erigir em bronze a Memória da nação” com a construção de estátuas de vultos nacionais.

Mas ainda assim, a questão da unidade e da dispersão marcava presença nos pronunciamentos. Neste momento, elas apareciam como uma lembrança que buscava afirmar a ideia de que o Império chegara finalmente à estabilidade e que, por isso, os primeiros passos para o progresso já podiam ser avistados. Aquele passado nefasto não poderia voltar, por isso era necessário preservá-lo na memória. Além disso, a imagem dos membros seria exaltada e redefinida, já que muitos tinham o passado que contrastava com os interesses conservadores do momento; seria muito mais vantajoso lembrar de um Januário dos anos 1840, defensor da “reação conservadora”, que de um Januário inflamado do tempo do *Revérbero Brasiliense*. Como afirma Jacques Le Goff, a memória coletiva é posta “em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder”.³⁴ E o modo, portanto, como esse passado era descrito, isto é, os elementos retóricos que o circundava, eram de enorme valor para a preservação das circunstâncias políticas do momento. O discurso é de conservação do *status quo*, de modo que a recordação dos conflitos servia para comprovar que o presente era um momento de superação e um futuro de glória, sem dúvida, era algo tangível.

Portanto, o discurso relacionado à imagem da mulher estava atrelado a legitimação desse contexto político, aproximando a célula familiar ao sentimento político de nação una e indivisa. Aliás, como destacou Joan Scott, “o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido,

³³ *Ibidem*. p. 145.

³⁴ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7ª Edição. Campinas: EdUnicamp, 2013. p. 390.

legitimado e criticado”.³⁵ Deste modo, delinear a posição de cada um dos sexos na estrutura social é fundamental para as relações de poder.

A retórica, portanto, foi fundamental para promover esse projeto, selecionando palavras e possibilitando um investimento nos elementos emocionais e nos valores tradicionais que fossem capazes de fortalecer os vínculos sociais, ressignificando-os para, enfim, forjar o sentimento de nacionalidade e de unidade nacional.

Agenciar emoções no discurso é uma técnica retórica reconhecida desde tempos antigos. Aristóteles já destacava que “obtem-se a persuasão nos ouvintes, quando o discurso os leva a sentir uma paixão”.³⁶ É o emocional, portanto, o principal elemento que leva as pessoas a se inclinarem a uma tese. “Tanto é certo que o espírito e alma da Eloquência consiste propriamente nos afetos”,³⁷ nos mostra Quintiliano.

Patrick Charaudeau,³⁸ em um artigo muito citado pelos que se alvitram a analisar o discurso, acrescenta às etapas da atividade retórica³⁹ uma tópica ligada à emoção, a *patemia*. Esta que, por sua vez, será composta por um conjunto de figuras, manifesta-se, em meio às palavras de forma intencional, já que há uma seleção de elementos emotivos que estarão à disposição do orador. É a situação comunicativa, perpassada por aspectos da interação social e das representações psicossociais, que propiciará o uso adequado de cada termo emocional, desencadeando um efeito patêmico. O manejo e a mobilização desse arcabouço passional para se atingir um fim persuasivo é chamado por Charaudeau de *patemização*, alusão direta ao nível das provas retóricas que retêm as emoções do auditório: o *pathos*.

O que estava em jogo nessas cerimônias promovidas pelo Instituto, não era apenas a estrutura lógica dos argumentos, mas o despertar da vontade; não

³⁵ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. p. 92.

³⁶ ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Poética**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.. p. 35.

³⁷ QUINTILIANO, M. Fabio. **Instituições Oratórias**. Coimbra: Imprensa Real da Universidade, 1788. Tomo Primeiro. p. 440.

³⁸ CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. *In*: MACHADO, Ida Lucia e MENDES, Emília. (orgs.) **As Emoções no Discurso**. Campinas: Mercado das Letras, 2010. v. 2, p. 23-56.

³⁹ *inventio, dispositio, elocutio, memória e actio*.

estamos mais no nível racional do processo persuasivo, e sim no emocional. O discurso envolve o ouvinte a ponto de fazê-lo aderir ao seu conteúdo voluntariamente. O orador deve mostrar-se emocionado, deve mostrar objetos que emocionam e, mesmo que os objetos sejam indiferentes a todos, é preciso torná-los emocionantes.⁴⁰

Na relação retórica que envolve o falante e o ouvinte, observa-se uma simpatia entre o *ethos* e o *pathos*. O orador deve apresentar-se por meio de um caráter complacente e, ao mesmo tempo, adaptar-se ao estado psicológico do público.⁴¹ Assim, deve fazer emanar um mundo capaz de gerar uma identidade que será compartilhada com os ouvintes.

Os elementos que estão ao redor dos enunciados, o que chamamos de enunciação, são oriundos dos materiais oferecidos pelo mundo social e, por hábil estratégia, permitem uma representação na qual os ouvintes se enxerguem ao entrar em contato com eles. Isto possibilita que a retórica se torne um “espaço onde a identidade se torna diferença e a diferença identidade, sempre num jogo sutil de aproximações e de afastamentos, de comunhão e de exclusão”.⁴²

O pai provedor

Partindo desta questão, entendemos que a representação da mulher no discurso produzido pelos membros do Instituto é um manejo retórico proposital que tem como objetivo despertar nos ouvintes sentimentos capazes de levá-los a defender uma determinada tese, isto é, um dado ponto de vista.

Contudo, nessa construção retórica, o destaque para a “esposa modelo” também era acompanhado da construção de um homem de família. Os ensinamentos de Patrick Charaudeau nos ajudam a entender esta questão, ao deixarem claro que no ato de se tomar a *posse* da fala, entramos em contato com dois processos: o de exclusão e o de inclusão. Após o orador justificar a razão pela qual se apoderou do direito de fala (processo de exclusão), é necessário incluir

⁴⁰ PLANTIN, Christian. *Pathos*. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 371-372.

⁴¹ REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 49.

⁴² MEYER, Michel. **Questões de retórica: linguagem, razão e sedução**. Lisboa: Edições 70, 2007. p.136.

seu(s) ouvinte(s) em suas palavras (processo de inclusão), por meio de uma estratégia retórica que permite com que o seu auditório se enxergue no discurso.⁴³

Um momento importante para observarmos tais técnicas retóricas na prática foi o da homenagem prestada pelo Instituto ao príncipe herdeiro falecido, D. Affonso. Pouco se sabe a respeito dessa criança, entretanto, nenhum episódio do Segundo Reinado despertou tanto as atenções dos letrados da “Casa da Memória Nacional” (como era também conhecido o IHGB), quanto a morte do herdeiro do trono. Nem mesmo a Guerra do Paraguai ou a Abolição da Escravatura mobilizaram tanto os membros do IHGB, levando-os a investir numa retórica alimentada por fortes emoções,⁴⁴ afinal, era do futuro do Império que se tratava.

A morte do príncipe foi sentida pelo Instituto de tal forma que seria necessário reservar uma sessão, em meio aos afazeres da associação, para publicar suas condolências pela grande perda. Os eruditos do grêmio carioca apontam a relação direta entre eles e o Imperador, evidenciando, a saber, que ambos compartilhavam da mesma dor:

Tendo o Império do Brasil perdido na pessoa do Augusto Príncipe Imperial o Senhor Dom Affonso um dos objetos mais caros de sua futura grandeza e de suas esperanças; e tendo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na pessoa do mesmo Sereníssimo Senhor perdido também seu presidente honorário: propomos que o Instituto celebre uma reunião especial para comemorar a saudade que nos deixa tão inesperado e doloroso sucesso, na conformidade do programa junto.⁴⁵

Nesta proposta assinada por Manuel de Araújo Porto-Alegre, Manoel Ferreira Lagos e Francisco Manoel Raposo de Almeida, em 17 de junho de 1847, o príncipe é honrado também como presidente honorário da instituição, titulação dada aos membros da família imperial, mas que aqui é lembrada para dar mais vigor ao relacionamento entre o Instituto e o chefe da nação, que, por sua vez, era também patrono da associação.

⁴³ CHARAUDEAU, Patrick. *Pathos e discurso político*. In: Ida Lucia Machado; MENEZES, William; MENDES, Emília (orgs.) **As Emoções no Discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 244.

⁴⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Op. Cit.*, p. 99-100.

⁴⁵ 169ª Sessão em 17 de Julho de 1847. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo IX, Tipografia de João Ignacio da Silva, p. 288-290, 1869 (1847). p. 289. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1847t0009c.pdf>. Acesso em 22/06/2011.

Nessa “reunião especial”, foram apresentadas peças em homenagem ao membro herdeiro do trono imperial e presidente honorário do IHGB. Em 1848, os discursos foram publicados na *R.IHGB*, sob o título “Oblação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro da memória de seu presidente honorário o Senhor Dom Affonso, augusto primogênito de Suas Majestades Imperiais”. A oratória, que durante todo o século XIX, era considerada um espetáculo público e símbolo de sapiência,⁴⁶ tem presença certa na cerimônia. Considerando este fato, entendemos esta *Oblação* como peças retóricas que, inserindo-se em um dado contexto, articulam a perda do primogênito da família imperial com as circunstâncias políticas de então.

Sendo assim, os valores sociais marcaram as palavras dos sócios que se dedicavam a despertar emoções, o que abriu espaço para se falar do papel do homem e da mulher naquele projeto de nação defendido. Porto-Alegre destaca a família:

Aqueles que são pais, aqueles que são sensíveis só podem apreciar a intensidade da aflição paterna, a dor de uma mãe aterrada quando vê fugir de seus braços o primeiro fruto do seu consórcio, a mais cara página do livro de suas delícias, o seu filho, o corpo do seu corpo, a alma de sua alma, o amor do seu amor, o vínculo sagrado do seu tálamo, e o herdeiro de suas virtudes e de suas glórias, – a imagem do seu esposo.⁴⁷

O filho homem é a imagem do esposo, isto é, a do imperador D. Pedro II. A mãe sofria porque perdia seu filho e porque este teria as virtudes do pai, pois seria semelhante a este. Sobre a imperatriz caía o maior peso já que sua função era a de gerar um herdeiro para o Império dando assim prosseguimento à monarquia. A função social e de poder que foi consagrada a ela falhara com a perda do primogênito (voltaremos a tratar da imperatriz mais adiante).

Mas não apenas a morte de um príncipe convocava todos os pais a compartilharem da mesma dor, uma dor que deixava de ser familiar e passava a

⁴⁶ SOUZA, Roberto Acízelo de. **O Império da Eloquência**. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999. p. 91.

⁴⁷ PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Discurso do orador. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 2ª Edição, Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 10-17, 1891 (1848). p. 14. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/08/2011.

ser nacional. A morte de um erudito, que enquanto vivo era exemplo de pai, também deveria tocar o coração de todos. Joaquim Manoel de Macedo, já na segunda metade da década de 1850, destacava a imagem de um “pai carinhoso, amigo fiel, cidadão prestante”,⁴⁸ que só se distancia de seus parentes para se dedicar à pátria. Essa relação é marcada pela retórica do sacrifício. Trata-se de um movimento individual em direção à “ordem, pela justiça”. “Ele mesmo ardendo em febre, mal podendo suste-se, arrasta-se até o telonio da repartição”,⁴⁹ diz Porto-Alegre na condição de orador ao homenagear José Lino de Moura. Em outra situação é destacado: “Homem de trabalho [...] nem conhecia outro descanso [...] abreviou os seus dias porque não soube poupar-se”.⁵⁰ Esse recurso retórico é fundamental na construção da personalidade coletiva e patriótica que adentrava o espaço público. Ele agia passivamente sobre o ouvinte, envolvendo-o na cena de comunicação, tocando o seu coração, tornando-o, por fim, benevolente à causa.⁵¹ Ou, como podemos constatar em Perelman e Olbrechts-Tyteca: esse fenômeno linguístico pode ser encarado como um tipo de argumento de comparação que “alega o sacrifício a que se está disposto a sujeitar-se para obter certo resultado”.⁵²

Pode-se deixar a família para a “presteza” pública: “deixa a esposa e os filhos no leito de morte pelo trabalho”.⁵³ O orador continua o seu discurso:

para nós todos os trabalhos não é pena, nem uma alavanca mercenária; porque o consideramos como um dever sagrado, como um tributo exigido pela pátria, e como um meio honroso de bem merecer do Imperador e dos Brasileiros.⁵⁴

⁴⁸ MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do orador. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, v. 20, Tomo, XX, Kraus Reprint, p. 67-95, 1973 (1857). p. 68. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1857t0020c.pdf>. Acesso em 26/10/2017.

⁴⁹ PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Discurso do orador. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo XVIII, Imprensa Nacional, p. 511-553, 1896 (1855). p. 526. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1855t0018.pdf>. Acesso em 12/08/2015.

⁵⁰ MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do orador. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo XXII, Typ. Imparcial de J. M. N. Garcia, p. 704-740, 1859. p. 711. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1859t0022c.pdf>. Acesso em 26/10/2017.

⁵¹ BENDASSOLLI, Pedro F. Mal-estar no trabalho: do sofrimento ao poder agir. **Revista Mal-estar e Subjetividade**. Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 63 - 98.

⁵² PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova Retórica**. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 281.

⁵³ PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. 1896. *Op. Cit.*, p. 526.

⁵⁴ *Ibidem*. p. 527-528.

A pesquisa patriótica é envolvida por uma série de elementos que remete ao ideal de unidade, e a dedicação a ela torna-se uma “segunda vida”.⁵⁵

Essa é uma espécie de relação que o próprio imperador exercia. Os membros tentavam aproximar o IHGB do seio da família imperial, de modo que as palavras descreviam o Instituto como sendo o filho do Imperador. E é natural o filho amar o pai, contudo, a moral e a religião reforçam a natureza, transformando esse “amor filial” em um dever sagrado. Mas, para dar um ar mais liberal, o IHGB metamorfoseou esse dever em lei, não deixando, obviamente, de manter suas características sagradas:

A natureza impele um filho a amar seus pais, esse amor é uma flor do coração e uma delícia da alma, e entretanto a religião e a moral estabelecem o dever do amor filial: com o Instituto sucede, que a sua lei lhe recomenda que uma comissão do seio faça ouvir a voz do reconhecimento e da fidelidade perante o trono augusto de S. M. Imperial nos dias faustosos da pátria; sobressai pois o esmero e a ufanía com que o Instituto desempenha esta sagrada e ao mesmo tempo inapreciável disposição da sua lei.⁵⁶

A imagem paterna do monarca era também construída através do conceito de perdão, onde se via todos os brasileiros como filhos. O ato soberano de perdoar era fulcral no projeto político conciliador, inclusive, a anistia dada aos revoltosos dos anos de 1840 estava diretamente ligada a esse programa político. E, Joaquim Manoel de Macedo, já em 1858, quando os conflitos já haviam se dissipado, resgata esses aspectos ao homenagear o sócio Dr. Thomaz Godoy que se envolveu nas revoltas de 1842:

Essa culpa [de participar dessa rebelião] que tantos Brasileiros incorreram, desde muito que está lavada pela anistia concedida por aquele magnífico príncipe, que com o perdão, com a

⁵⁵ PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. Relatório do 1º secretário. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 2 ed. Tomo XXI, Imprensa Nacional, 1930 (1858). p. 477. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1858t0021c.pdf>. Acesso em 20/08/2011.

⁵⁶ MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório do 1º secretário. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo V, Imprensa Nacional, p. 458-479, 1896 (1855). p. 486. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1855t0018c.pdf>. Acesso em 10/03/2015.

clemência, e com a solicitude de um pai, destruiu os germes da desordem, dos ódios e da intolerância dos partidos.⁵⁷

Embora a política de conciliação se encontrasse em um estágio frágil após a morte do marquês do Paraná, a retórica conciliadora permanecia, principalmente para fortalecer os laços provenientes do sentimento de unidade nacional. Em seguida, o nosso orador complementa:

a humanidade e o patriotismo saudaram agradecidos o monarca ilustrado que se levanta acima dos partidos, que vê filhos em todos os Brasileiros, e que sabe erguer potentes barreiras diante das vinganças e dos caprichos políticos.⁵⁸

Deparamo-nos aqui novamente com a construção da imagem de um rei pai.

As instituições precisam de um princípio estabilizador que, por um lado, possa atrair as pessoas e, por outro, anular discursos adversos. Esse princípio, segundo aponta Mary Douglas, é uma analogia com elementos naturais ou convenções sociais, mediante estratégias retóricas. E é exatamente isso que encontramos nos pronunciamentos analisados. Douglas afirma que “a experiência passada é encapsulada nas regras de uma instituição, de tal modo a agir como um guia daquilo que se deve esperar do futuro”. As “instituições abrigam as expectativas” e “assumem o controle das incertezas”.⁵⁹ Tudo isso perpassava pelo sentido que o IHGB dava à imagem imperial.

Porto-Alegre traz à tona a mistura entre a instituição social da família com a nação: “no ano de 1850 o pranto da família se ensurdeceu no meio do pranto da pátria”.⁶⁰ “À ilustração paterna (Aureliano de Souza e Oliveira), e aos cuidados maternos, deveu ele os dotes do coração”, diz-se sobre Saturnino de Souza e Oliveira, descrito por Porto Alegre como um agente que lutou em prol da unidade.

⁵⁷ MACEDO, Manoel Joaquim de. Discurso do orador. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo XXI, Imprensa Nacional, p. 480-510, 1930 (1858). p. 488. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1858t0021c.pdf>. Acesso em 20/08/2011.

⁵⁸ *Ibidem*. p. 488.

⁵⁹ DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EdUsp, 1998. p. 60.

⁶⁰ PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. Discurso do orador. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 2 ed, v. XV, Laemmert, p. 520-551, 1888 (1852). p. 520. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1852t00015c.pdf>. Acesso em 15/06/2011.

As nações deviam ter um pantheon separado para os vencedores da guerra civil, e para esses homens que resistem às irrupções intestinais dos bárbaros que falam a mesma língua, e moram nas mesmas casas!.⁶¹

O Dr. Lino Antonio Rabello “foi um homem que se não houvesse deixado na terra esposa e filhos, teria saudado a morte com um sorriso”.⁶² O discurso pretende transformar o homem patriota em herói, contudo, o que o tornava de carne e osso era justamente a família. O ouvinte entrando em contato com tais palavras identificava-se com as mesmas, e poderia ser levado a pensar que se, mesmo não atingindo a erudição do herói cuja memória ali estava sendo cultuada, pelo menos honrava sua família, sua esposa e filho, exatamente como o homenageado que passava a habitar o panteão.

Ao tratar do major Miguel de Farias e Vasconcellos, o orador recorda o advento da Abdicação. Diz que em meio as agitações populares “D. Pedro I, porém, mostrou-se grande e generoso na hora da adversidade: não quis que corresse o sangue brasileiro, e abdicando salvou o Brasil e a monarquia”.⁶³ No entanto, o major se posicionou contra D. Pedro I. Para resolver esse problema perante a presença de sua Majestade, a retórica foi acionada: “qual é porém o dos homens daquela época o que pode atirar a pedra?”. Em seguida conclui: “estávamos no noviciado do sistema representativo, e todos sentiam a influência do contágio das conspirações: conspiravam todos, conspirava o povo a 3 e a 17 de abril, conspirou o próprio governo a 30 de julho de 1832”.⁶⁴ Diz que houve uma acusação de corrupção nas eleições para presidente da Câmara e foi anulada. No segundo pleito promovido para se resolver a questão, o major ganha da mesma maneira: “em suas listas [cédulas que se depositava nas urnas] o povo escrevia o nome de Miguel de Farias a impulsos do próprio coração”.⁶⁵

O major se dedicava a um orfanato, principalmente na educação primária que o orador chama de “doce alimento do espírito, que deve preparar nossas inocentes criancinhas marcadas pelo selo do infortúnio, cidadãos úteis ao estado, e

⁶¹ *Ibidem.* p. 525.

⁶² MACEDO, Joaquim Manoel de. 1857. *Op. Cit.*, p. 84.

⁶³ MACEDO, Joaquim Manoel de. 1859. *Op. Cit.*, p. 713.

⁶⁴ *Ibidem.* p. 714-715.

⁶⁵ *Ibidem.* p. 717.

mães de família que honrem a sociedade”.⁶⁶ Quando não se era pai biológico, havia um discurso para se descrever o herói nacional como um pai social que cuida dos órfãos da nação.

O papel da mulher no projeto nacional

Não é difícil identificar a integração diferencial de mulheres e homens no projeto nacional defendido pelo Instituto Histórico. Mas como podemos perceber, esse projeto é uma imposição, principalmente quando observado em termos de gênero. Constituindo-se, portanto, em uma imposição masculina em que é atribuída às mulheres uma posição de auxiliar, ora como boas esposas, ora como mães e “reprodutoras da cultura através da socialização dos filhos”, ora, enfim, “como símbolos passivos”.⁶⁷

As lágrimas eram administradas nessas cerimônias com o intuito de revelar uma sensibilidade útil para fortalecer os sentimentos nacionais. Todavia, além da situação lacrimajante ser preenchida pelo ideal de bom cidadão, resgatava-se também o de bom membro de família, misturando, desse jeito, as duas esferas (público/privado) para fortalecer o sentimento nacional: “Bom filho, bom irmão, bom amigo, e bom cidadão, foi duas vezes casado: sua segunda mulher chora hoje o mais carinhoso dos esposos; seus quatro filhos, ainda na infância, o mais terno dos pais”.⁶⁸ Nesta situação, como nas outras, o orador destaca a função da mulher como um ser que está para sentir a falta do esposo. Contudo, essa perda estava ao lado da perda nacional de um importante erudito que produziu trabalhos que consagravam a nação. O choro da esposa representava o reconhecimento a um homem exemplar não só para a família, mas para todo o país.

O principal exemplo de mulher a ser seguido, era o da Imperatriz. Por isso, os membros do IHGB dedicaram-se em construir a imagem de Teresa Cristina dentro dos padrões institucionais da época: mãe e esposa. Na cerimônia de homenagem ao príncipe D. Affonso, falava-se do coração paterno, como vítima da

⁶⁶ *Ibidem.* p. 717.

⁶⁷ WALBY, Sylvia. A mulher e a nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 259.

⁶⁸ SERQUIEIRA, Thomaz José Pinto. Elogio Histórico dos membros do Instituto falecidos no terceiro ano social. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo III, Tipografia de D. L. dos Santos, p. 538-547, 1841. p. 542. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1841t0003c.pdf>. Acesso em 13/07/2011.

desesperança, das “tempestades da terra”, mas “este sublime reflexo do mundo d’alma, duplica de majestade e de heroísmo quando se opera no coração da mulher, no coração de uma mãe!”⁶⁹ Como destacamos, sobre a Imperatriz cai a maior carga da questão da morte do jovem herdeiro, porque “foi no casto grêmio de sua augusta mãe, entre seus braços, no regaço triunfal de seus carinhos” que “a cruel morte o veio despedaçar”.⁷⁰

O que é mais interessante é que o nome da Imperatriz dona Thereza Cristina, é suprimido em determinados momentos do discurso introdutório de Araújo Vianna, para ficar apenas o nome de esposa, ao afirmar a função da mulher membros da família imperial nuclear. Afirmava-se que a missão de guiar esse Império Americano, esse império ingrato, não cabia “a essa inconsolável Princesa, a essa digníssima esposa que para ele nasceu”.⁷¹

Santiago Nunes Ribeiro, grande personagem do movimento romântico brasileiro, irá dedicar um cântico à Imperatriz, no qual destaca a mesma questão, a função da mulher de mãe e esposa. Só para citar um de seus versos:

E a Imperatriz egrégia
Em maternais cuidados desvelada
Na mente e lábios tinha a prole amada.⁷²

Um açoriano que se envolveu em agitações portuguesas e que acabara de chegar ao Brasil, mas que já se infiltrava nos círculos eruditos de então, chamado Francisco Manoel Rapozo de Almeida, também apontava suas palavras para a mesma direção: “essa Mãe vendo morrer-lhe nos braços o filho extremado e querido, o filho que era a página mais querida dos seus afetos de mãe e de esposa”,⁷³ o que ratifica a função da mulher na relação familiar.

⁶⁹ VIANNA, Cândido José de Araújo. Discurso do presidente. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo 11, Imprensa Nacional, 1891 (1848). p. 15. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/12/2011.

⁷⁰ *Ibidem*. p. 16.

⁷¹ *Ibidem*.

⁷² RIBEIRO, Santiago Nunes. Cântico elogio dedicado a Sua Majestade a Imperatriz. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 18-32. 1891 (1848). p. 25. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/12/2011.

⁷³ ALMEIDA, Francisco Manoel Rapozo. Oblação. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 46-49, 1891 (1848). p. 48. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/12/2011.

Contudo, na mesma cerimônia, essa condição feminina era destacada como um dever patriótico não apenas da mulher, mas, também um dever masculino. Após deixar claro que construir uma nação sem harmonia seria impossível, Macedo exalta a unidade em contraposição ao egoísmo:

E não é esse mesquinho e odioso sentimento que se chama – egoísmo –, o qual não pode nunca ser uma harmonia da harpa sagrada do senhor Deus.

Porque o amor da glória é o desejo ardente de honrar a pátria, aos pais, à esposa, e de legar um nome ilustre aos filhos, de ser útil aos outros homens.⁷⁴

Para o progresso da pátria era necessária a relação de uns com os outros. Era necessário desprezar os interesses individuais que, segundo os membros da associação era a causa dos conflitos regionais que conflagravam o país até 1848. Portanto, tudo que fosse capaz de despertar o sentimento de unidade deveria ser honrado. Sem dúvida, a família era uma instituição inestimável para provocar tal sentimento. Através do jogo retórico, o objetivo era estimular em todos os espaços o sentimento nacional. Sendo assim, a unidade patriótica permitia também a consagração da família, já o egoísmo, “esse mesquinho e odioso sentimento”, era inglório, algo que jamais faria parte da produção divina. Os valores usados para descrever a unidade a tornava desejável, mas ela só seria alcançada por meio de uma monarquia centralizada.

Quando Porto-Alegre, o orador oficial do Instituto, em 1855, dedicou-se a fazer uma homenagem a Aureliano de Souza Coutinho, não deixou de destacar os elementos fundamentais que permitiram o enfraquecimento dos conflitos políticos nos anos em que Coutinho foi peça-chave no jogo de poder que levou D. Pedro II ao trono. A retórica aqui chega a ser descontraída para falar de um assunto tão sério, isto é, o restabelecimento da ordem, “da qual ainda saboreamos os frutos vivificadores”. Porto-Alegre destaca as “reuniões periódicas” que Aureliano fazia “em sua [própria] casa”, verdadeiros “saraos” onde duas coisas eram utilizadas para amenizar os conflitos políticos: a “presença do belo sexo” que “desarmava os

⁷⁴ MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do orador. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 2^a Edição. Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 276-284, 1891 (1848). p. 280. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/12/2011.

pugilatos políticos, onde a densa e a harmonia consorciavam almas que se haviam amado e desquitado por opiniões políticas” e por ter sido o local onde pela “primeira vez apareceram os sorvetes, e estes sorvetes, Senhores, e o magnífico exemplo de sua urbanidade e gentileza, diluíram muitos ódios...”⁷⁵

A retórica que conduzia o discurso que determinava a função da mulher nesse projeto nacional buscava destacá-la como um dos elementos fundamentais para a promoção da unidade. Como esposa dedicada auxilia o marido estudioso, que se sacrifica passando noites em claro para produzir um conhecimento ainda obscuro sobre a nação. Ela faz com que os homens se dedicassem à família, a primeira célula social e fundamental para passar os valores nacionais, caminho para a unidade. A união da grande “família” nacional começa na família privada.

Em 1859, era a vez de Joaquim Manoel de Macedo fazer a homenagem aos sócios falecidos. Ao comentar sobre o português Nicolao Pereira de Campos Vergueiro, destacava que “o Brasil não foi a terra do seu berço; foi porém a pátria que ele adotou de coração”,⁷⁶ um argumento comum para justificar a presença de estrangeiros no IHGB e outras figuras que deveriam ser honradas pelos brasileiros. Mais adiante em seu discurso, o autor de *A moreninha* traz Vergueiro para a causa do Brasil por meio de um engodo marcado por um teor sentimental: “e sua pátria não era mais a pátria em que nascera, era a terra que o nutria, que lhe dera uma esposa, e onde nasciam os seus filhos: era a terra dos mais apertados e doces aços do coração”.⁷⁷ A noção de pátria estava diretamente relacionada à noção de esposa e filhos, isto é, de família para os padrões da época. Desta forma, a mulher tinha um papel no patriotismo, a de contribuir para as condições de formar e cuidar de homens honrados e patriotas.

Esse fenômeno será destacado mais uma vez por Macedo ao homenagear Vergueiro, o brasileiro de coração. O orador eloquente chega à conclusão de que fatores específicos levaram Vergueiro a sobreviver quando estava moribundo

em consequência de uma congestão cerebral: sua robusta natureza, os interessantes e admiráveis cuidados de uma esposa

⁷⁵ PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. 1896 (1855). *Op. Cit.*, p. 545.

⁷⁶ MACEDO, Joaquim Manoel de. 1859. *Op. Cit.*, p. 723.

⁷⁷ *Ibidem.* p. 726.

modelo, e os desvelos de amigos dedicados e de um médico habilíssimo, conseguem arrancá-lo da morte e conservá-lo à pátria.⁷⁸

Trata-se de uma antiga tradição que, de acordo com Marilyn Yalom, “esperava que a esposa fosse uma curandeira ou, pelo menos, cuidasse da saúde do marido”.⁷⁹ O casamento era, obviamente, a instituição chave para se estabelecer uma família, mas também contribuía para o progresso da nação visto que, sob os cuidados da esposa, os sábios da pátria conseguiam superar as dificuldades para, assim, prosperarem na sua gloriosa missão.

Sendo assim, a retórica associar a ideia de casamento entre o Brasil (homem) e a monarquia (mulher): “Não há separação nem divórcio possível; o Brasil e a monarquia estão unidos em eterno e sagrado consórcio; quem os uniu foi Deus; o altar foi a Constituição do Império”.⁸⁰ E poderia ser complementado com os filhos que seriam os brasileiros que amam seus pais, o Brasil e a monarquia.

Conclusão

Como podemos observar as maneiras para disseminar o ideal de nação pautado em um modelo específico, precisaram determinar os lugares de cada sexo. Ou seja, a identidade nacional foi forjada por meio da classificação dos gêneros dentro da estrutura social. A posição do homem e da mulher precisava ficar clara o suficiente para determinar o papel de cada um nesse projeto.

Os membros do IHGB, ao construírem uma imagem da associação que pudesse demonstrar a função indispensável nesse projeto de poder, procuraram descrever os integrantes da casa como heróis que se dedicaram a tirar da escuridão o conhecimento que se tinha sobre a história da pátria. Essa imagem heróica, marcada pelo sofrimento e presteza, é acompanhada do homem patriota, que recebe os cuidados de uma “esposa modelo”. Sem esses cuidados, a vida desses homens estaria destinada a perecer.

⁷⁸ *Ibidem.* p. 727.

⁷⁹ YALOM, Marilyn. **A história da esposa**: da Virgem Maria a Madona: o papel da mulher casada dos tempos bíblicos até hoje. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. p. 127.

⁸⁰ MACEDO, Joaquim Manoel de. 1860. *Op. Cit.*, p. 688.

Ou seja, ao mesmo tempo passiva, a mulher era indispensável nesse projeto nacional determinado pelos homens. Ela era a condição para se existir um pai provedor, um pai que ama seus filhos. O amor aos filhos e a esposa era a condição basilar para formar um cidadão patriota. Contudo, essa fábrica de formar heróis promove uma lógica baseada em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, “que confere aos homens a melhor parte”. Os homens “funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade”.⁸¹ Essa violência simbólica contribuiu para a exclusão da mulher como produtora do conhecimento e de sua inclusão de forma passiva na trajetória dos heróis nacionais.

Essas ideias eram expressas nas cerimônias do IHGB, ocasiões que tinham como objetivo despertar o sentimento nacional por meio de uma retórica que misturava elementos políticos e emocionais, difundindo de forma afetiva e agradável o projeto político de centralização monárquica que se consolidou em meados dos anos 1850. O conceito de família ao lado de outros elementos capazes de estabelecer uma identificação do auditório com as teses defendidas pelos oradores da “Casa da memória nacional”, foi fundamental nessa retórica que buscava administrar o passado de modo a ter uma função política no presente.

Esse modelo de mulher acabou por prejudicar a entrada dela no mundo intelectual como produtora de conhecimento, escritora, enfim, como integrante do Instituto Histórico, principal instituição do século XIX no que se refere a uma espécie de agrupamento de sábios, ou como se chamava na época, “homens ilustres”.

Referência bibliográfica

Documentação

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

112ª Sessão em 14 de Setembro de 1843. In: **R.IHGB**, Rio de Janeiro, 3ª Edição. Tomo V, Tipografia Universal de Laemmert & C., p. 393-401, 1885 (1843).

⁸¹ BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*, p. 45.

Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1843t0005c.pdf>. Acesso em 20/08/2011.

169ª Sessão em 17 de Julho de 1847. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo IX, Tipografia de João Ignacio da Silva, p. 288-290, 1869 (1847). Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1847t0009c.pdf>. Acesso em 22/06/2011.

220ª Sessão em 25 de outubro de 1850. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XIII, 2ª edição. Tipografia João Ignacio da Silva, p. 520-521, 1872 (1850). Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1850t0013c.pdf>. Acesso em 04/01/2012.

ALMEIDA, Francisco Manoel Rapozo. Oblação. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2ª edição. Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 46-49, 1891 (1848). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/12/2011.

BELLEGARDE, Pedro Alcântara. Necrologia do Marechal de Campo Raymundo José da Cunha Mattos. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro. 3ª Edição. Tomo I, Imprensa Nacional, p. 56-59, 1908. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1839t0001c.pdf>. Acesso em 10/03/2011.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do orador. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 276-284, 1891 (1848). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/12/2011.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do orador. *In: R.IHGB*. Rio de Janeiro, v. 20, Tomo, XX, Kraus Reprint, p. 67-95, 1973 (1857). Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1857t0020c.pdf>. Acesso em 26/10/2017.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do orador. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo XXI, Imprensa Nacional, p. 480-510, 1930 (1858). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1858t0021c.pdf>. Acesso em 20/08/2011.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do orador. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XXII, Typ. Imparcial de J. M. N. Garcia, p. 704-740, 1859. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1859t0022c.pdf>. Acesso em 26/10/2017.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório do 1º secretário. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo V, Imprensa Nacional, p. 458-479, 1896 (1855). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1855t0018c.pdf>. Acesso em 10/03/2015.

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Discurso do orador. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2 ed, Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 10-17, 1891 (1848). Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/12/2011.

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Discurso do orador. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XVIII, Imprensa Nacional, p. 511-553, 1896 (1855). Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1855t0018c.pdf>. Acesso em 12/08/2015.

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Discurso do orador. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2ª Edição. v. XV, Laemmert, p. 520-551, 1888 (1852). Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1852t00015c.pdf>. Acesso em 15/06/2011.

RIBEIRO, Santiago Nunes. Cântico elogio dedicado a Sua Majestade a Imperatriz. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo 11, Imprensa Nacional, p. 18-32. 1891 (1848). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/12/2011.

SERQUEIRA, Thomaz José Pinto. Elogio Histórico dos membros do Instituto falecidos no terceiro ano social. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo III, Tipografia de D. L. dos Santos, p. 538-547, 1841. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1841t0003c.pdf>. Acesso em 13/07/2011.

VIANNA, Cândido José de Araújo. Discurso do presidente. *In: R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2ª Edição. Tomo 11, Imprensa Nacional, 1891 (1848). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1848t0011c.pdf>. Acesso em 05/12/2011.

Referências Bibliográficas

Bibliografia

ABREU, Capistrano de Abreu. **Ensaios e estudos**. 2ª Edição Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976

ARISTÓTELES. **Arte retórica e poética**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARRANCOS, Dora. **Mujeres en la sociedad argentina: una historia de cinco siglos**. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

BENDASSOLLI, Pedro F. Mal-estar no trabalho: do sofrimento ao poder agir. **Revista mal-estar e subjetividade**. Fortaleza, v. 10, p. 63-98, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad: Maria Helena Kuhner. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 123-152, 2000.

CORSI, J. *et al.* **Violência masculina em la pareja**: uma aproximação al diagnóstico y a los modelos de intervención. Buenos Aires; Barcelona; México: Paidós, 2006

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. *In*: MACHADO, Ida Lucia e MENDES, Emília. (orgs.). **As emoções no discurso**. V. 2. Campinas: Mercado das Letras, 2010. p. 23-56.

CHARAUDEAU, Patrick. *Pathos* e discurso político. *In*: Ida Lucia Machado, William Menezes e Emília Mendes. (orgs.). **As emoções no discurso**. V. 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 240-251.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EdUsp, 1998.

FAGUNDES, Raphael Silva. Uma nação fundada com lágrimas: uma análise da retórica nas cerimônias fúnebres do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1848). **Maracanan**, n. 16, p. 209-224, 2017.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. *In*: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (orgs.) **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 425-465.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção imperial**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2011.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa**: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

IGLÉSIAS, Francisco. Vida política (1848-1868). *In*: HOLANDA, Sérgio B. (dir.). **O Brasil monárquico**: reações e transações. v. 3. tomo. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 09-112.

LAVRIN, Asunción. **Mujeres, feminismo y cambio social en Argentina, Chile y Uruguay 1890-1940**. Santiago, Chile: Ediciones de la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7ª Edição. Campinas: EdUnicamp, 2013.
MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. **Questões & Debates**, Curitiba, n. 34, p. 45-63, 2001.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. *In*: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. v. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 13-51.

- MEYER, Michel. **Questões de retórica**: linguagem, razão e sedução. Lisboa: Edições 70, 2007.
- PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (orgs.). **Nacionalismo no Novo Mundo**: a formação de Estados-nação no século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova Retórica. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PLANTIN, Christian. Pathos. Trad. Roselene de Fátima Coito. *In*: CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 371-372.
- PRIORE, Mary del. História das mulheres: as vozes do silêncio. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.
- QUINTILIANO, M. Fabio. **Instituições oratórias**. Tomo Primeiro, Coimbra: Imprensa Real da Universidade, 1788.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 20, p. 71-99, 1995.
- SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. *In*: SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, M. Izilda S. de. **Gênero em debate**: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. SP: Educ, 1997.
- SOIHET, Rachel. História das mulheres. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. **O Império da eloquência**. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.
- VICENT-BUFFAULT, Anne. **História das lágrimas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- WALBY, Sylvia. A mulher e a nação. *In*: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

YALOM, Marilyn. **A história da esposa**: da Virgem Maria a Madona: o papel da mulher casada dos tempos bíblicos até hoje. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

Recebido: 11/04/2020
Aprovado: 24/07/2019